

XIV Simpósio de Direito Tributário
da APET

**Tributação da renda mundial.
Base Erosion and Profit Shifting
(BEPS): Tax morality**

Novembro 2016

Agenda

1. Tributação da renda mundial
 - 1.1 Tax morality
 - 1.2 Base Erosion and Profit Shifting
 - 1.3 State aid
2. Conclusão

Globalização da Economia

- Diferentes regimes fiscais, com diversas legislações
- Empresas globais utilizando cadeias de suprimento integradas em escala regional e mundial
- Economia digital possibilita exercício de atividade sem presença física.



Economia Globalizada - Contexto atual



Estados – Pressionados por aumento da arrecadação



Empresas – Diuturnamente tratando de seus negócios e custos, vis a vis o aumento de carga tributária



Cidadão/Contribuinte – Cada vez mais consciente de suas obrigações, todavia muito focado na adequada aplicação dos recursos arrecadados (saúde, educação etc);

“Tax morality” – razões

- Moral Vs Justo:
subjetividade/relativização cultural.
- Tem o Fisco um direito inerente a uma
pressuposta arrecadação ?
- Quanto as empresas, há uma obrigação
moral de pagar mais impostos para
suprir mais e mais as necessidades da
sociedade e do Estado ?
- Livre iniciativa / necessidades sociais.



“Tax morality” – razões

- Cenário normativo no Brasil (viés social)

Art. 116, § único: acionista controlador

“ O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e **cumprir sua função social**, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.”

“Tax morality” – razões

- Cenário normativo no Brasil (viés social)

DVA - Demonstração do Valor adicionado – art. 188, II, da Lei nº 6.404/76

“ Demonstra o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.”

“Tax morality” – Cases Globais

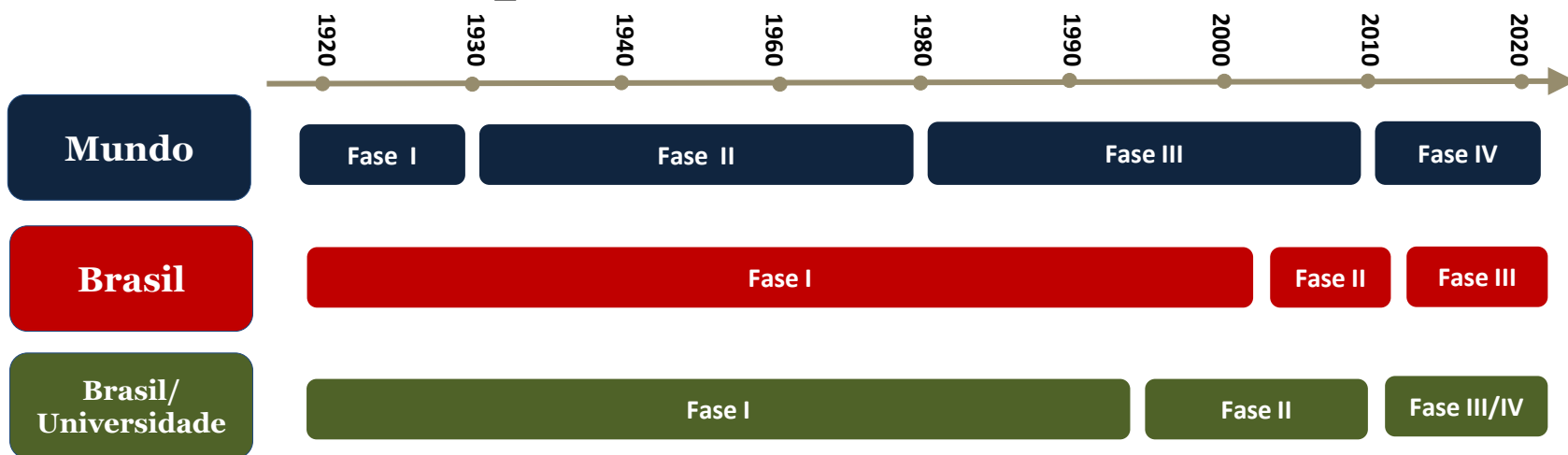


Pontos de reflexão e desdobramentos

- Tendência global irreversível
- Peso da opinião pública no tocante a responsabilidade social das empresas
- Tributação antes assunto para técnicos, hoje é debatida pela população em geral
- Novos acordos internacionais para troca de informações tributárias e financeiras
- Risco de imagem/Governança

Evolução Histórica

Linha do tempo:



Fase I: Jurisprudência dos Conceitos

Fase II: Jurisprudência dos Interesses

Fase III: Jurisprudência dos Valores

Fase IV: BEPS, *Tax Morality*, Transparência

- Mundo
- Brasil
- Brasil/Academia

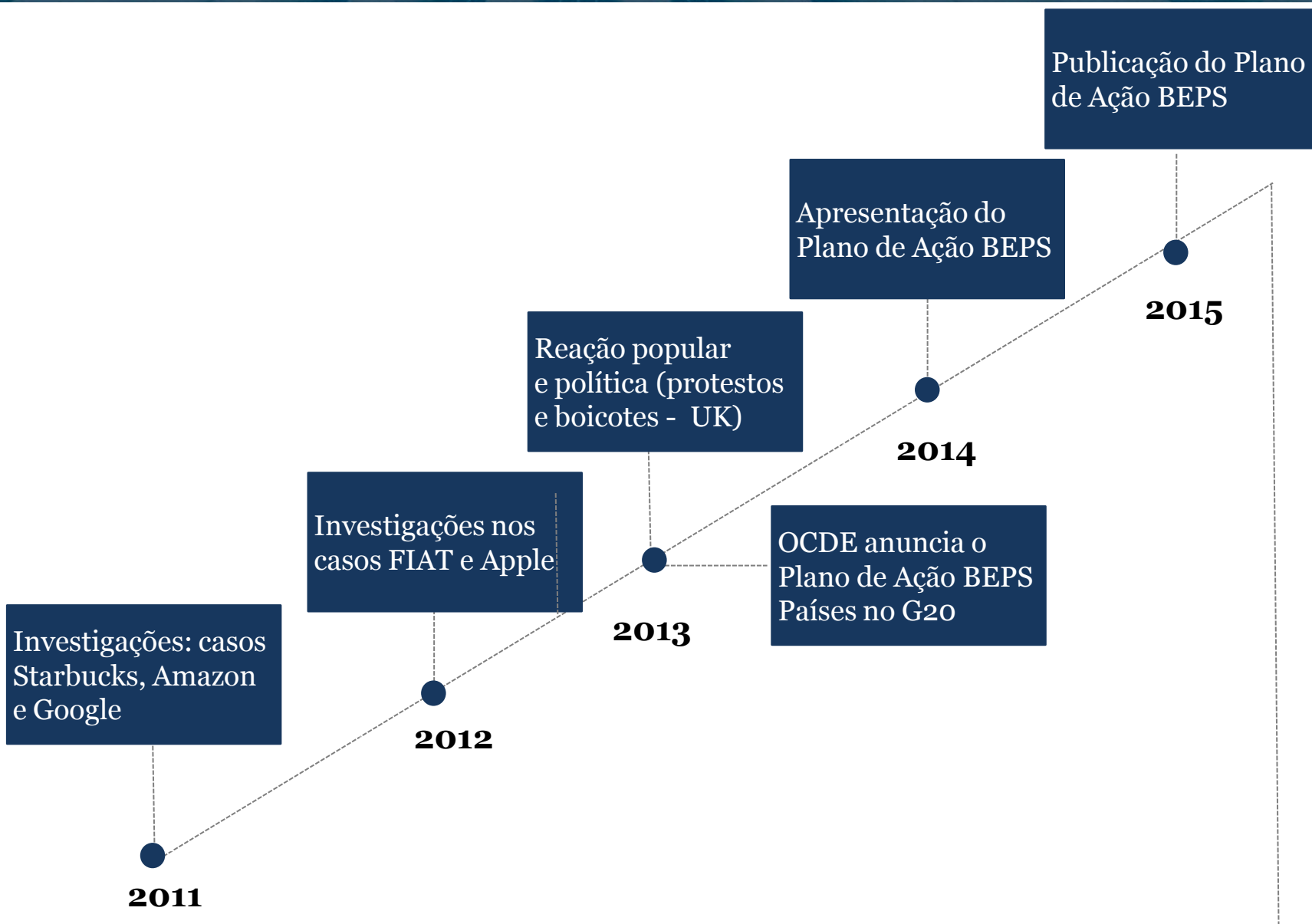
O que é BEPS ?

Definição da OECD:

Base Erosion and Profit Shifting (BEPS): refere-se a estratégias de planejamento tributário que exploram lacunas e assimetrias nas regras fiscais para transferir, de forma artificial, lucros para jurisdições de baixa ou nenhuma tributação, com pouca ou sem qualquer atividade econômica, resultando na redução do encargo global de imposto sobre a renda



Ambiente social e político contemporâneo ao Plano de Ação contra o BEPS – Linha de Tempo



Temas de foco do Plano de Ação contra o BEPS



Substância

Transparência



Coerência

I - Coerência da tributação sobre a renda no âmbito internacional: eliminação de assimetrias e lacunas nas regras fiscais que permitam a erosão da base tributável/deslocamento de lucros para países com baixa tributação

II - Substância: alinhamento do poder de tributar com a efetiva atividade de geração de valor do empreendimento

III – Transparência: ampla prestação de informações às autoridades fiscais

Regras de “*State aid*”

Combatem os *Tax Rulings* concedidos por países da União Europeia para empresas que visem a concessão de **vantagem competitiva e fiscal**

Ajuda concedida pelos Estados, ou provenientes de recursos estatais, incluindo **vantagens fiscais** que:

- favorecem **certas empresas ou a produção de certos bens**
- distorcem ou ameaçam distorcer a **concorrência**
- afetem as **trocas comerciais** entre os Estados-Membros da União Europeia

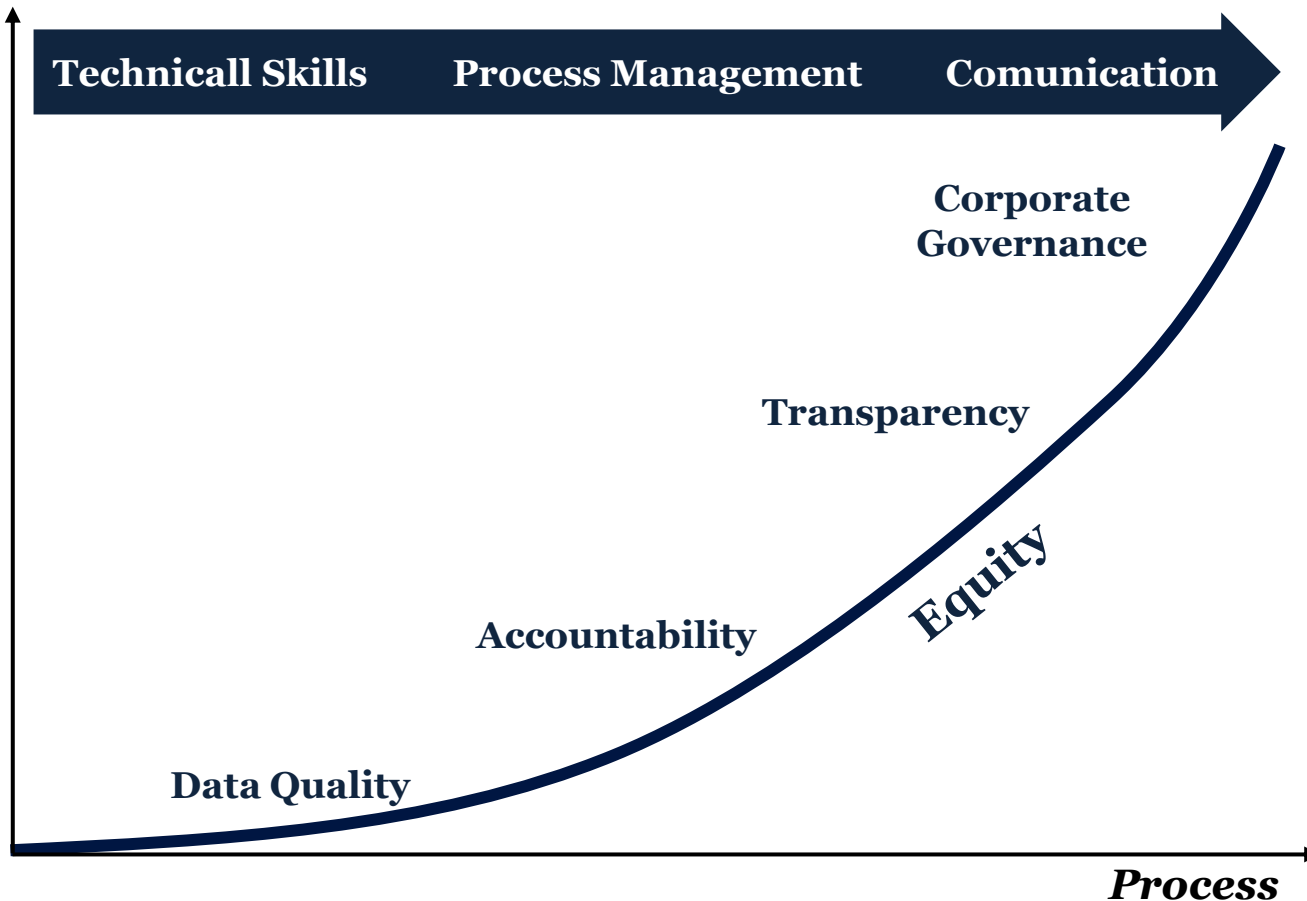
Casos sob investigação:



Empresas podem ser condenadas a pagar tributos não recolhidos por conta do *State aid*

Governança e função fiscal – cenário evolutivo

Tax Function Process





Obrigado!
iacia@iacialaw.com
+ 55 11 99567 6271



Carlos Iacia

- ✓ Advogado e Contador
- ✓ Especialização em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas – FGV
- ✓ Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
- ✓ Membro da Internacional Fiscal Association – IFA e Diretor Financeiro da ABDF (Associação Brasileira Direito Financeiro)
- ✓ 35 anos de experiência em Tax Compliance, Tax Consulting and Business Restructuring
- ✓ Trabalhou na PwC por 30 anos: 22 anos como Tax Partner, 15 anos como Líder de Tax no Brasil e 10 anos como líder de Tax para América do Sul
- ✓ Por 15 anos integrou o Grupo Global da PwC

